

Banhar-se em águas limpas sem mudar a essência: uma perspectiva sobre a antropologia

*Itélio Joana Muchisse*¹

Universidade Católica de Moçambique
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: Pretende-se aqui uma abordagem sobre as potencialidades da antropologia, enquanto estudo ou elóquio do ser humano, na África contemporânea, isto é, como esta disciplina pode, efetivamente, contribuir para o estudo do ser humano nas diversas perspectivas, pois este ser humano está acometido em um subdesenvolvimento programado, ademais um empobrecimento por consequência da cobiça ou necessidade de espoliação destas economias que, numa direção orientada, na verdade, poderiam se desenvolver e se transformar em grandes centros do mundo neoliberal. Assim, existe a necessidade de se formar um ser humano responsável para com a sua cultura, no sentido de abrir um debate multissetorial e multicultural, de uma forma permanente, de modo a revelar a sua condição e as suas potencialidades. Este antropólogo, quiçá cientista, deve conseguir incentivar a reapropriação do conhecimento de modo a responder os desafios locais. A metodologia é baseada na revisão bibliográfica e na hermenêutica.

Palavras-chave: antropologia; África; independência; desenvolvimento.

MUCHISSE, Itélio Joana. **Banhar-se em águas limpas sem mudar a essência: uma perspectiva sobre antropologia.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (24): 585-596, setembro a dezembro de 2023. ISSN: 2358-5587

¹ Mestrando em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Xai-Xai; Estudante de Mestrando Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Licenciado em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Filosofia pela Universidade Save/Universidade Sagrada Família; Jornalista e Consultor.

Bathing in clean waters without changing the essence: a perspective on anthropology

Abstract: This article aims to approach the potential of anthropology as a study or eloquence of the human being in contemporary Africa, that is, how this discipline can effectively contribute to the study of the human being from different perspectives since this man is affected by programmed underdevelopment in addition to impoverishment as a result of greed or the need to plunder these economies, which, in a targeted direction, could actually develop and become great centres of the neoliberal world. Thus, there is a need to form a human being who is responsible for his or her culture, in order to open a multi-sectorial and multicultural debate, on a permanent basis, in order to reveal their condition and potential. This anthropologist, perhaps a scientist, must be able to encourage the re-appropriation of knowledge in order to respond to local challenges. The methodology is based on bibliographic review and hermeneutics.

Keywords: anthropology; Africa; independence; development.

Bañarse en aguas limpias sin cambiar la esencia: una perspectiva de la antropología

Resumen: Este artículo busca aproximarnos a las potencialidades de la antropología, como estudio o elocuencia del ser humano, en el África contemporánea, es decir, cómo esta disciplina puede contribuir efectivamente al estudio del ser humano en diferentes perspectivas, en tanto este hombre es afectado por el subdesarrollo programado, además del empobrecimiento por la codicia o la necesidad de saqueo de estas economías que, en una dirección focalizada, podrían llegar a desarrollarse y convertirse en grandes centros del mundo neoliberal. De ahí la necesidad de formar un ser humano responsable de su cultura, para abrir un debate multisectorial y pluricultural, de manera permanente, para revelar su condición y potencialidades. Este antropólogo, tal vez un científico, debe ser capaz de alentar la reapropiación del conocimiento para responder a los desafíos locales. La metodología se basa en la revisión bibliográfica y la hermenéutica.

Palabras-claves: antropología; África, independencia; desarrollo.

O problema central com que nos confrontamos hoje é a tomada de consciência da nossa identidade e consequente a reivindicação do papel de sujeitos históricos que nos compete de direito.
(Severino Ngoenha)

Este artigo faz uma abordagem sobre a antropologia no contexto pós-colonial. Numa visão crítica, procura-se abordar alguns contornos que a antropologia, como disciplina que se dedica ao estudo do ser humano, teve em África desde a modernidade europeia até o momento contemporâneo, passando pelo momento colonial.

A abordagem pretendida explicativa tem a finalidade de demonstrar como o discurso antropológico pode ser operacionalizado para levar adiante e efetivar os desígnios de um determinado plano. Assim, desde o período colonial a antropologia foi usada para engrandecer o colonizador, inferiorizando a imagem dos outros povos, diante de um processo que ocorria em simultâneo com a digressão do nível da consciência histórica, o que permitia que os africanos, em particular, aceitassem algumas das taxações advindas de tal discurso e levá-los, ao longo dos anos, a resignarem-se ao poder etnocentrado de uma ciência depravada. Tal atitude permitiu que fossem colonizados.

Ora, o discurso antropológico chega à África aliado à filosofia das luzes, portanto, chega enquanto uma antro-filosofia, ou seja, uma antropologia filosófica e assim continuou por muito tempo, pelo menos até a atualidade, como uma disciplina promissora. Isto deve-se ao fato da estreita relação entre estas duas disciplinas no campo teórico e metodológico. Hoje esta aliança não deve diferir, pois, de um modo analítico, a filosofia é uma base de metodologia, necessária para despir a antropologia dos preconceitos coloniais sobre os quais, a própria filosofia em África ainda se encontra vestida, como se verá mais adiante. Não obstante, todo filosofar gira em torno de uma circunstância da condição humana. Sendo assim, estas duas disciplinas precisam caminhar lado a lado para construir o seu arcaboço epistémico virado à resolução de problemas específicos, contemporâneos e endógenos dos seus fautores.

Muitos autores reclamam a necessidade de uma apropriação dos estudos ao meio africano como forma de desenvolver o espírito crítico nesta parte do planeta e, permitir um diálogo entre as culturas. Desta forma, chama-se neste estudo a antropologia como disciplina basilar para efetivar um discurso sobre o ser humano que permita este se revelar ao mundo, dando a conhecer a sua particularidade, assim como reaproveitar sentidos para a construção de uma agenda comum em um mundo que se encontra em situação de mudança e, com isso novos desafios se colocam à mesa, dando possibilidade de os africanos conceberem seus momentos antropológicos, revelando-os aos seus povos, para não serem apáticos à submissão neocolonial que se vem intentando contra estes povos.

O texto encontra-se organizado em quatro pontos basilares, nomeadamente: *O discurso antropológico sobre a África Colonial*, onde se discute a construção colonial da antropologia como um discurso de dominação; *A definição de ser humano e o novo paradigma*, onde se analisa o período de mudança epistemológica

na senda do colonialismo para aceitar a humanidade, antes negada ao africano. A terceira parte intitulada *A pós-independência e o estudo do ser humano em África* debruça sobre os desafios que foram e são enfrentados pelos africanos após a independência e a quarta parte com o título *Da crítica à ação antropológica* aborda o caminho da antropologia para o momento atual, onde, deve reaproveitar potencialidades, aplicando-as de forma significativa e ecológica. Finalmente o texto apresenta uma introdução e conclusão.

Em termos metodológicos, o texto baseou-se na leitura de textos críticos ao discurso do colonialismo e do neocolonialismo. A partir dos mesmos foi elaborada uma hermenêutica.

O discurso antropológico sobre a África Colonial

A formação do Império Turco-Otomano trouxe mudanças significativas na Europa. No âmbito comercial, era necessário, para o Ocidente, descobrir novas rotas que permitissem restabelecer o contacto com o Oriente (Índia, em particular), uma vez que a tradicional rota já se mostrava não eficiente. Os muçulmanos, com quem tinham uma tradição de digladição, tornavam mais caro o comércio entre as duas partes. Assim, foi necessário inaugurar uma era denominada Modernidade, cujo intuito era quebrar a dependência do mundo muçulmano e descobrir novas rotas de comércio e foi dessa mentalidade que se empreenderam viagens que culminaram com os insólitos de colonização da América, África, Ásia e Austrália. Pelo que se compreende, a libertação do mundo muçulmano, isto é, da sua dependência para o contacto com o Oriente e a conseqüente descoberta de novos espaços, teria nutrido um discurso de superioridade europeia às demais culturas e povos.

É assim que para Ngoenha (1993), o discurso das humanidades desde a modernidade assentou-se na construção de desigualdades epistemológicas entre as sociedades ditas evoluídas e primitivas. Para tal, as disciplinas como História e Etnologia (cf. LÉVI-STRAUSS, 2008) foram fundamentais, onde, a primeira destinava-se ao estudo daquelas sociedades que mantinham uma tradição científica, portanto, sociedades que teriam, ao longo do tempo, documentado as suas culturas e, por outro lado, a etnologia destinava-se ao estudo das sociedades primitivas, sobretudo, aquelas que estavam sendo subjugadas pelo poder colonial. Estas sociedades foram consideradas sendo sem consciência de si, vivendo no folclore, por isso mesmo, era necessário, em primeiro lugar, descrever as suas culturas; *a posteriori* seriam enquadradas no discurso histórico, uma vez que o plano incluía a colonização, designada também por civilização.

Na alvorada do século XIX, quando já as ciências sociais conquistavam o seu estatuto no Ocidente, percebeu-se, finalmente, o quão antiquado foi o discurso separatista, onde a História e Etnologia eram os muros: se a história é o estudo do ser humano no tempo sobretudo, como ela se alienava a estudar o ser humano africano em particular?

Num outro desenvolvimento e, perante essa descoberta que minava a própria definição da história, foi chamada a Antropologia a dar o seu contributo, para, mais uma vez, denegrir os outros seres humanos. Esta disciplina foi prontamente usada, enquanto discurso sobre o ser humano, para descrever o ser humano não europeu. Tal descrição assentava-se, sobretudo, no estudo e na diferenciação daquele ser humano dos demais, onde o objetivo era fazer a demonstração da opacidade intelectual, cultural, técnica, económica dos não ocidentais e, assim, colocar-se na dianteira enquanto influenciador global (*idem*).

Foi este discurso filosófico fundamentalista, na verdade, antifilosófico, que se infiltrou de forma *positiva* – ou seja, acrítica – nas restantes ciências que acompanharam a “missão civilizadora” dos europeus em África: a Antropologia encarregue de descrever as etnicidades; a Geografia encarregue de explorar e localizar em mapas minuciosos os recursos do solo e do subsolo africanos; a Biologia de descrever e recolher as plantas e animais exóticos para a Europa, os Estudos Culturais para organizar o espólio artístico, artesanal e sobretudo de conhecimento para os museus e os centros de saber Europeus. (CASTIANO, 2021: 131)

Assim, a antropologia não só se colocava na posição de uma disciplina que visasse diferenciar o europeu dos demais, assim como foram os próprios antropólogos que se colocaram à disposição dos seus governos para enveredarem pelos empreendimentos que mais tarde ficaram conhecidos como viagens exploratórias e de reconhecimentos, onde grupos de académicos e estudiosos eram liderados, sobretudo, por missionários para fazerem recolha de informações úteis ao processo de colonização. Por outro lado, os missionários ocupavam-se pela pacificação das populações africanas através da missionação de modo a evitar levantes e tornar mansas as populações, de modo a tornar eficiente o plano de colonização que se seguiu à fundação de sociedades académicas para o estudo da África na Europa, principalmente na Inglaterra e na França.

Dussel (1993) defende que os movimentos empreendidos desde a modernidade foram feitos na prerrogativa de emancipar o ser humano europeu. No entanto, estes empreendimentos terminaram num ocaso para os destinos do mundo, sobretudo dos americanos, africanos, australianos e asiáticos, pois o encontro com os outros povos não foi efetivado no sentido de se empreender um diálogo, mas foi um encobrimento, em que os outros foram julgados à luz de valores exógenos aos seus. Todo o discurso que deles foi feito era, acima de tudo, exclusivo e tinha como fim engrandecer o europeu. Foi dessa forma que estes povos acabaram sendo colonizados.

A descoberta do mundo não-europeu é comparada à quarta parte, uma vez que, as três, o “Pai, Filho e Espírito Santo” já tinham sido verificadas na Europa. Portanto, os outros povos, como os africanos, não tinham consciência de Deus, por isso, ainda estavam na menoridade como seres humanos. Assim, com toda a força e violência, os “americanos” foram aniquilados e os africanos obrigados a desempenharem papel da escória, auxiliando à força na construção do mundo ocidental (*idem*).

Dito isto, a percepção que se tem deste período é de exclusão, violência e discriminação de outros seres humanos com base em pretextos valorativos, em que culturas foram massacradas, pessoas mortas, outras comercializadas e levadas como escravas, sendo que muitas outras foram colonizadas, isto é, subjugadas por não pertencerem a uma fé que teria sido proclamada unilateralmente como a mais certa ou por não se enquadrarem nas características do ser humano que a sua antropologia ilustrava.

Concomitantemente, Castiano (2021) aponta que o desenvolvimento do colonialismo se baseou na *bantufobia*, isto é, a negação dos povos bantu enquanto uma categoria cultural de seres humanos com valores diferentes daqueles professados pelo Ocidente. Assim, este outro era visto enquanto marginal no discurso antropológico etnocentrado. Ele era conotado como estranho e sem memória histórica, por isso mesmo não pertencia à categoria do ser humano moderno definido a partir do iluminismo.

O que se pode compreender é que o discurso moderno da antropologia é uma consequência do colonialismo, em que este teria reinventado esta disciplina de

modo a garantir que o estudo do ser humano fosse efetivado de maneira objetiva, em que o alvo era a dominação do extra-europeu, aquele que vivia na quarta categoria. O seu uso no contexto colonial visava a discriminação do outro, no sentido de interpretar as suas particularidades, tornando cada vez mais possível a permeabilidade desestrutural que permitiu que fossem inferiorizadas as identidades sociais sob a alçada de comportamentos ocidentalmente institucionalizados. Esse modo de operacionalizar a antropologia permitiu que, de fato, fosse encoberto o outro, esquartejada a sua cultura, humilhado dentro e fora da sua cultura, limitada a sua expressão, aniquilada a sua vontade, desprezada a sua inspiração, insultadas as suas instituições. Com isso, a África teria funcionado como uma garagem para a antropologia. É neste continente que ela iria se renovar, onde os seus primeiros técnicos foram lá estagiar.

A definição de ser humano e o novo paradigma

O advento do colonialismo permitiu o desenvolvimento de certas visões sobre o outro. Tais visões enquadravam-se na necessidade de afirmar a superioridade do ser humano branco-europeu sobre os demais. Num momento mais avançado, tal como foi em epígrafe, a antropologia foi fundamental para cimentar tais diferenças. O colono necessitava estar numa categoria mais acima dos colonizados para continuar a exercer o seu poder. Tal como fundamenta Ngoenha (1993), foi necessário que a antropologia se posicionasse, na esteira acadêmica, como uma disciplina da civilização, enquanto a etnologia se debatia com os indígenas e só mais tarde a história iria descer de tal pedestal.

Como disciplina das sociedades evoluídas, a antropologia se encarregou de glorificar o colonizador, ridicularizando o colonizado, isto é, fazendo batota com os próprios princípios, pois como se pode constatar, dizia-se o Ocidente desenvolvido em termos morais, em contrapartida, colonizava outros povos, inferiorizando, automaticamente, tais valores com que tanto se vangloriava. Césaire (1978) diria ser, aquela, uma civilização decadente, sobre a qual já não restava nenhuma esperança.

Ora, a definição de ser humano ocorreu sob a égide da antropologia colonial, onde o negro era desprovido de humanidade, assim como de consciência, tal como Hegel se ocupou por disseminar na sua filosofia que mais dava crédito ao ódio que mais tarde trespassaria os negros e asiáticos para atingir os semitas. A definição do ser humano, sobretudo o europeu, visava inferiorizar as demais culturas, em que o *leitmotiv* de tal constatação assentava-se na racionalidade, isto é, enquanto o ser humano de fato conseguia passar do estado de *natureza* para o estado de *contrato*, os não-humanos ainda continuavam num estágio inferior de evolução, portanto mais próximos ao estado de natureza. Esta definição seria, ainda, na senda do colonialismo, sustentada pelo evolucionismo (cf. DUSSEL, 1993).

Ela (2014) faz referência ao percurso espoliativo pelo qual as sociedades africanas passaram. Este foi um processo acompanhado pela descriminação do ser humano africano, isto é, da negação de que ele tinha, de fato, uma história. Foram se sucedendo tentativas de uma apropriação objetiva das informações que era possível captar no meio africano. Tais tentativas culminaram com a fenomenal obra *Filosofia Bantu*, de Placid Tempels, escrita sob perspectiva de melhor conhecer o ser humano africano para o colonizar eficientemente, como muito se afirma.

No entanto, tem sido este cenário que o discurso sobre o africano tem tomado. Deixar que os outros iniciem a conversa para que eles se incluam nela, com toda a escaramuça de acusações e disparos por todos os ângulos. A descrição da história do pensamento filosófico apresentada por Ngoenha (1993) aponta para esta realidade. Depois do aparecimento da obra de Tempels, os africanos despertaram da necessidade de construir um sistema de pensamento que abordasse os seus problemas, mas este não é um discurso pacífico, porque até a atualidade é acirrada a discussão sobre as correntes da filosofia africana, ou seja, as correntes em que a filosofia em África tem aberto discussão (CASTIANO, 2021).

Assim, desde a modernidade, verifica-se o aparecimento algumas figuras de ser humano:

- a) *Ser humano cosmopolita* exclusivo para quem tudo o que era extra-europeu se configurava numa categoria inferior, uma vez que a Europa representava o centro do mundo. Ademais, há algo de curioso neste ser humano, é o fato de apenas as matérias-primas que não fossem, necessariamente, europeias poderiam ter igual, ou melhor, utilidade àquelas que eram produzidas na Europa. Este ser humano valia-se, principalmente, da História e da Antropologia para se destacar dos demais. Era colonizador;
- b) *Ser humano exótico* que se encontrava fora do mundo europeu. Este pode, ou seja, foi em alguns dos casos excluído da categoria de ser humano, por se lhe negarem certos atributos, tais como a racionalidade, por exemplo, tendo sido taxado como um auxiliar para alguns trabalhos de grande envergadura e que necessitassem de grande força. Pelo fato de se lhe ter sido negada a humanidade foi mais fácil envolvê-lo em circunstâncias ultrajantes;
- c) *Ser humano revelado* que aparece, sobretudo, com a publicação de Tempels, como sendo aquele que tem algum grau de racionalidade, embora não seja do mesmo nível com a racionalidade do seu colonizador, sobre o qual é necessário, antes de tudo, aprender, pois tem uma cultura mais profunda, diferentemente do ser humano ocidental, com a sua cultura, estreitamente, superficial;
- d) *Ser humano em redenção* que, após causado estragos irreparáveis às demais culturas que julgou descobrir, sente-se na necessidade de repor uma convivência harmoniosa e constituir laços interculturais mediante um discurso antropológico pancontinental que foi bem cunhado em “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”.

Essas figuras expõem a lógica do poder, pois, através dos tempos, se verifica que o ser humano ocidental tem conseguido manter o seu poderio sobre o resto do mundo, quer seja porque tem as facilidades econômicas, quer seja porque tem o pioneirismo epistemológico que lhe coloca na hegemonia no que diz respeito ao desenho de programas que, prontamente, se transformam em agendas que acabam afetando os demais seres humanos como forma de imposição, pois estas, em poucos casos, constituem os reais desígnios nesses espaços, ou seja, a antropologia ocidental concebe desafios endógenos para aqueles espaços, mas que na senda do poder são transferidos para corresponderem aos desafios de outros seres humanos em outros espaços. Logo, é o discurso antropológico ocidental, mais uma vez, a definir o caminho a seguir às demais circunstâncias existenciais.

Ademais, Tempels (2006) encarregava aos ocidentais a tarefa de serem eles os pioneiros a se enveredarem no estudo dos povos considerados primitivos, pelo

que os africanos não tinham ainda conseguido desenvolver-se a tal ponto de decodificarem as suas vivências e o sistema de pensamento que lhes impunha. Assim, Ngoenha (1993) considera que, no entanto, essa forma de conduzir estudos sobre o humano, essa antropologia, não permite que haja um desenvolvimento eficaz, pois é uma observação feita sob os óculos de um espectador, com a sua consciência formada com base nas necessidades de outra comunidade, precisamente, aquela que teria colonizado o africano, pelo que urge a necessidade de se empreender pesquisas locais que possam abrir caminhos para incluir estas vivências na enciclopédia universal dos saberes. É assim que a antropologia, apesar de ter sido uma disciplina usada pelo colonizador para subjugar os africanos, deva ser reapropriada, isto é, servir-se do bom signo, o qual é a possibilidade de estudar o ser humano e fornecer bases para haver uma ação, definitivamente, esclarecedora para trilhar pelo caminho do *Desenvolvimento Humano* e traçar uma agenda mais inclusiva, onde o ser humano possa merecer um julgamento com base nas ações que este envereda para garantir que haja, de fato, o desenvolvimento inspirado no seu meio.

A pós-independência e o estudo do ser humano em África

Depois do colonialismo, isto é, com a chegada da Independência, era de se esperar que muitos países conseguissem que houvesse um desenvolvimento progressivo no âmbito político, econômico, social, cultural, entretanto, um processo inverso foi verificado. Guerras despoletaram, crises sucessivas caracterizaram a estrutura de muitos países recém-independentes. Muitas das guerras assumiam o carácter étnico ou tribal, opondo, majoritariamente, grupos dos mesmos espaços geográficos. Assim, estudos confirmaram o renascimento do espírito da nação pré-Berlim, onde culturas pretendiam voltar ao *status quo*, fato que foi prontamente remendado pelo princípio da intangibilidade das fronteiras, apesar de hoje já estar obsoleto. Nesse decorrer dos fatos, viram-se muitas culturas se digladiando no âmbito da Guerra Fria.

Logo à partida, faltaram estudos antropológicos, quer seja pela timidez, quer seja pela insuficiência técnica dos próprios africanos, que não tinham ainda as bases criadas para conduzir estudos de alto impacto continental que pudessem explicar os desafios que a independência acarretava. Assistiu-se um movimento de regressão de muitas economias. Por outro lado, Ngoenha (2017) aponta que foram externamente realizados estudos humanos, econômicos e políticos de grande envergadura, mas que ao invés de beneficiar aqueles que eram estudados, provocaram autênticos estragos em tais espaços, beneficiando sempre os seus proponentes. Portanto, é ainda aqui neste período continuado o uso político das ciências, em que o objetivo primordial é defraudar e espoliar economias promissoras como as africanas, pois desde o século XX vem sendo, nelas, descobertos vários recursos indispensáveis para o desenvolvimento da indústria ocidental que, prontamente influi positivamente para o desenvolvimento humano naqueles espaços.

Ngoenha fala da necessidade de apropriar as epistemologias em África, pois face ao clima de subdesenvolvimento que atualmente se vive, estudos baseados em realidades locais podem oferecer aberturas necessárias. Continuamente, Lopes (2018) aponta para a necessidade de se reavivar o debate epistemológico de modo a criar alternativas originais dos africanos como uma forma de desenvolve-

rem a sua consciência histórica e demarcarem o seu território no âmbito do imperialismo neoliberal que tem deixado pouco espaço para que estes coloquem os seus planos de hoje.

Estes dois autores corroboram com a ideia, segundo a qual o Desenvolvimento Humano para África passa por os africanos serem autônomos na construção dos seus desígnios, bem como o perfil de ser humano necessário para escalar o desenvolvimento. Grosso modo, é preciso partir das humanidades e formar um senso crítico que desmascare pretensões colonialistas que visam, acima de tudo, desenraizar os estudos locais, uma vez que se tem imposto a esses seres humanos agendas que correspondem a outros desafios, que se enquadram longe das suas reais necessidades e possibilidades, dos quais apenas participam como ajudantes.

Depois da Independência, países africanos foram impelidos aos Programas de Ajustamento Estrutural por “instituições internacionais” que “não desempenham o papel que se poderia esperar delas na matéria”, quando o seu “projeto” consiste no “estrangulamento dos países pobres” e “endividados”, sacrificando “os seus investimentos de rendimento a longo prazo (infraestruturas, saúde, educação) que condicionam as suas únicas hipóteses de decolagem, ao passo que as suas economias, pouco competitivas, têm de se expor à concorrência dos países mais desenvolvidos” (PASSET, 2002: 95).

A condição africana na pós-independência foi marcada por um subdesenvolvimento às custas de um desenvolvimento alheio. Isto que Ngoenha (2017) chamou de subdesenvolvimento programado, para Falsina (2006) é o resultado de uma acumulação incontrolada de capital que vigariza outros países, precisamente os produtores de matérias-primas, no intuito de eliminar definitivamente todas as possibilidades destes Estados poderem, num futuro possível, tornarem-se adversários econômicos e políticos. Por isso são excluídos dos principais círculos científicos num esforço claro de exclusão epistemológica, sendo estes espaços dos mais atrasados cientificamente. Falsina transmite a ideia de que estes espaços são empobrecidos por uma racionalidade de ganho unilateral que, na esteira das teorias de jogo, denomina-se lógica de soma zero, onde o ganho de um significa, simultaneamente, a perda de outro, pelo que tem sido dessa forma para os países africanos, pois a lógica do neoliberalismo assenta-se na cooptação da política, atraso científico e espoliação das economias.

No desvairar dos ventos que assolam a África atual, o que a antropologia tem a dizer? Como operacionalizar tal discurso? Essas são algumas das perguntas que devem ser colocadas aos antropólogos africanos que vem crescendo em número, olhando para o movimento da massificação do ensino universitário neste espaço geográfico. É preciso que, dentre as demais disciplinas, a antropologia consiga guiar os acadêmicos das humanidades, pois, sendo que todas as ciências sociais e humanas discursam sobre o ser humano sob as diversas perspectivas, torna-se, primeiro, necessário saber: afinal de contas quem é esse ser humano africano sobre o qual se pretende discursar, sob o risco de continuar a seguir ditames de um discurso acadêmico, com pouca ou nenhuma aplicabilidade no meio africano, porque, acima de tudo, os referenciais para a discussão acadêmica são sempre buscados no exterior.

Da crítica à ação antropológica

Mais que teoria, hoje a pesquisa ação é necessária no campo antropológico. É necessário que se qualifiquem metodologias para uma intervenção nas culturas sob as quais o pesquisador se envereda a investigar. É preciso que, na ótica da

incapacidade técnica e alfabética de grande número da população, se ensaiem modelos de intervenção antropológica por parte de tais culturas de modo que se tenham avanços significativos na interpretação dos desafios modernos.

Mabota (2021) postula a apropriação de signos negativos numa transformação positiva, isto é, aproveitar dos instrumentos usados pelo colonizador para efetivar o seu domínio como ferramentas para salvaguardar o desenvolvimento do ser humano africano. Para tal, é preciso evitar interpretações violentas sobre esta metodologia, sob o risco de causar danos ainda maiores que o próprio colonialismo. O que pretende é servir-se da própria antropologia usada para inferiorizar o africano para, desta vez, revelar a outra face do ser humano.

Na linha das figuras do homem, apresentadas acima, é fundamental a reflexão sobre um quinto homem social (NGOENHA, 2021), que empreenda, acima de tudo, pela verdade. Que desenvolva, através da antropologia, seres humanos humildes. Este homem crítico que não confunda humildade e resignação, pois, na senda do neoliberalismo, é humilde aquele ser humano que se serve da verdade. Mas que verdade? Revelar a condição pueril em que é condenado a viver, sem descurar de apontar os agentes dos seus tempos (positivos e negativos).

Revelar a verdade pode suscitar angústias ou tristezas. Mas que não se transformem em ódio, assim como em orgulho. Ela deve aproximar os homens, os cientistas em particular, numa luta comum para atingir o que à luz da ciência foi alcançado nos outros espaços, mas evitando, com isso, se aproximar das repercussões negativas, tal como foi Hiroshima e Nagasaki. A verdade ainda seria uma denúncia que visasse aproximar os humanos, tornando-os mais solidários (ex.: Pan-Africanismo, Negritude, Renascimento Negro, Consciencialismo Negro). Entre o orgulho e o ódio, é preciso encontrar um meio-termo, talvez a compaixão pelo ser humano, pois não se deve partir com a intenção de inferiorizar a consciência do outro, o que pretende é a verdade, a pura verdade, isto é, as causas, os percursos e as consequências do falhanço africano, a falha por detrás do falhanço da antropologia como disciplina virada ao conhecimento e desenvolvimento humano, assim como da economia política.

É necessário reapropriar a antropologia de modo a fazer um estudo de base sobre o africano. À semelhança do período colonial, este estudo terá em vista destacar o africano, demonstrando a sua condição de subalternidade apesar das possibilidades que se lhe fazem face, a consequência da espoliação. Deste modo, é preciso que a ação antropológica demonstre que o africano vem sendo expropriado de seus recursos e da sua consciência, em que verifica-se que, durante o período colonial, a antropologia foi usada para engrandecer o ocidental em face do africano, sendo que na atualidade é preciso que ela sirva, através do trabalho de apropriação, de mecanismo de denúncia face ao roubo que o africano vem sendo vítima. Para isso, torna-se necessário equipar a antropologia de uma metodologia cuidadosa e fazer com que os antropólogos expliquem como o africano se relaciona com os outros seres humanos nos diferentes âmbitos: cultural, econômico, social, político, pois a antropologia permite um discurso amplo através dos seus ramos.

Com isso, num clima de mudança, a antropologia tem a possibilidade de fornecer caminhos para o entendimento dos desafios que se circunscrevem à realidade africana, permitindo às demais disciplinas que tenham uma base epistemológica que aponte para o ser humano específico, para qual toda a ciência incide, pois todas as ciências visam fornecer resultados para o trabalho do ser humano. Assim, recorrendo à Finkelkraut (s/d), se diria necessário utilizar a própria antropologia para denunciar o mau uso que dela se tem feito, em que esta iluminaria

que, na existência de uma espécie de humanos que hoje se identifica por uma bandeira multicolor, existem especificidades que vivem à borda dos rios, das regiões lamacentas, sobre as quais ninguém se sente confortável ao caminhar, porém, é necessário caminhar para se poder chegar ao rio. São as zonas potencialmente ricas como Moçambique, Nigéria, Angola, Congo, Amazônia, Irã, Iraque, Líbia mas que são vítimas do “empobrecimento” (FALSINA, 2006).

Numa visão um tanto que polêmica, assumida em *O Homem-Ubuntu*, Mabota (2021) faz alusão à Índia que teria apropriado o saber do seu colonizador para se firmar como uma potência nuclear e, hoje, está em altura de ombrear com as grandes potências. Este exemplo demonstra, manifestamente, a possibilidade de se empreender por uma ciência que se destine a salvaguardar a integridade de um povo quando o critério de balança é a técnica. Sendo assim, muito já se percebeu do uso da antropologia no período colonial para inferiorizar o negro (NGO-ENHA, 1993), pelo que os próprios africanos já estão em altura de servir-se desta disciplina para afirmarem a sua posição enquanto seres humanos com possibilidades de se impor ao mundo. No entanto, este movimento deve ter em conta a ecologia do saber, sob o risco de levar a certos extremismos, tal como a história comprova, pois, se feita com um certo ódio, a própria ciência termina em Holocausto.

No entanto, tendo já sido aprovada a utilidade da antropologia no tempo colonial, grosso modo da ciência, embora seja uma percepção negativa, ligada aos desvarios de uma racionalidade pervertida, hoje é necessário “tentar mudar a água do banho sem deitar fora o bebê” (PASSET, 2002: 96), isto significa mudar as circunstâncias de uso da ciência, onde se deva considerar a solidariedade na construção da ciência para o desenvolvimento de África, pois, tendo hoje já muitos acadêmicos formados, ainda não é eficaz a comunicação interno-periférica. Ademais, “não basta somar fortes individualidades para fazer uma grande equipa”, pelo que é preciso criar “a ponte” para a travessia ou um “farol” para a iluminação da costa que são bens comuns a toda a comunidade (*idem*: 106-7).

A verdade de hoje não é a mesma de amanhã, pelo que os tempos e as virtudes mudam. Assim, a humildade de que acima se falou é uma virtude que está, simultaneamente, dentro e fora do homem. Portanto, “é neste esforço de ultrapassagem de cada um em direção àquilo que está, simultaneamente, dentro de si e para além de si, que se situam os valores. Eles estão na própria busca e não no catálogo” (*idem*: 83). É preciso ser humilde hoje, investigando qual será o conceito de humildade para o dia seguinte.

Conclusão

O texto abordou o lugar da antropologia na sociedade africana de modo a garantir o desenvolvimento humano, bem como os meios pelos quais tal desenvolvimento deve se efetivar. O ponto de partida é a discriminação colonial e o ponto de chegada é a revelação. É preciso que a antropologia conceba o africano com base na sua cultura, abrindo espaço para que este seja crítico, assim como possa interagir com as demais culturas. Ademais, é preciso que o africano seja minucioso na sua investigação, no sentido de separar os maus dos bons signos, assim como saber o que se pode aprender de bom a partir de uma circunstância que não seja necessariamente boa, no sentido de conservar a humanidade, acertando os erros e aperfeiçoando os acertos.

Conclui-se que o ser humano africano deve transcender a sua cultura e fazer uma constante busca pela verdade, para ultrapassar a discriminação e o empobrecimento de que foi vítima ao longo da história. Para tal, este precisa estar atento aos fenômenos do seu tempo, de modo a evitar que os problemas de ontem se repitam hoje, mas que ele os possa resolver, de modo a perspectivar uma vivência mais formidável e sustentável para com as gerações que sucedem, bem como com as demais culturas, uma vez que em África verificam-se demasiadas culturas sendo preciso que elas encontrem um diálogo de base a partir de uma pesquisa ação que vise positivar as práticas culturais e evitar levantes étnicos, pois, como se pode comprovar pela história, eles podem ser devastadores. Por outro lado, é preciso contato e intercâmbio com as demais culturas, mesmo que não africanas, no sentido de efetivar a multiculturalidade.

Recebido em 11 de dezembro de 2022.

Aprovado em 10 de agosto de 2022.

Referências

- CASTIANO, José P. *Do Espírito da Tradição ao Espírito da Reconciliação*. Maputo: Publiflix, 2021.
- DUSSEL, Erinque. *1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade: Conferências de Frankfurt*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELA, Jean-Marc. *Cheik Anta Diop ou a Honra de Pensar*. Luanda/Portugal: Mulemba/Pedago: 2014.
- FALSINA, Vittorio. *Un Nuovo Ordine Mondiale: Insegnamento sociale della Chiesa e teologia della libertazione*. Bolonha: Ed. Missionaria Italiana, 2006.
- FINKIELKRAUT, Alain. *A Derrota do Pensamento*. Paz e Terra: s/l, s/d.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “História e etnologia”. In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2008. pp. 13-40.
- MABOTA, António dos Santos. “Homem-Ubuntu”. In: NGOENHA, Severino E. (org.). *Do Quarto ao Quinto Homem: Figuras e Representações do Homem Moçambicano*. Maputo: Ethale, 2021.
- NGOENHA, Severino E. “Quinto Homem Social”. In: NGOENHA, Severino E. (org.). *Do Quarto ao Quinto Homem: Figuras e Representações do Homem Moçambicano*. Maputo: Ethale, 2021.
- NGOENHA, Severino E. *Resistir a Abadon*. Maputo: Paulinas, 2017.
- NGOENHA, Severino E. *Das Independências às Liberdades: Filosofia Africana*. Maputo: Edições Paulistas, 1993.
- PASSET, René. *Elogio do Mundialismo: Por um «Anti» Assumido*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- TEMPELS, Placide. *Bantu Philosophy*. Paris: Presence Africaine, 2006.